

INTRODUÇÃO

Escola e modernidades

Acompanhando a institucionalização da sociologia em Portugal, após 1974, a reflexão sociológica sobre fenómenos educativos recebeu entre nós um notável impulso.

De facto, a curiosidade científica tem sido continuamente alimentada pelas profundas transformações ocorridas no sistema escolar nos últimos anos e tem beneficiado, no caso português, do crescimento exponencial do número de investigadores sociais, fruto, ele próprio, das dinâmicas de expansão do ensino superior.

Assim, num primeiro momento, as urgências de transformação do sistema de ensino herdado do anterior regime inspiraram pesquisas reveladoras das profundas desigualdades de oportunidades então patentes no domínio da educação. A visibilidade social dos fenómenos do insucesso escolar, do abandono precoce, das disparidades regionais no domínio da educação e da selectividade social e académica associada às diferentes vias de ensino é produto de uma primeira geração de sociólogos empenhados no conhecimento activo de uma sociedade em boa parte ainda por se descobrir. E, neste desígnio, a *Análise Social* desempenhou um papel insubstituível na divulgação de resultados de pesquisas e na difusão de correntes teóricas marcantes neste domínio na década de 70.

A rápida expansão do ensino superior e, de entre este, dos cursos dedicados à formação inicial e contínua de professores do ensino básico e secundário veio gerar, já nas décadas seguintes, uma enorme diversificação de objectos e de perspectivas teóricas e metodológicas, decorrente da pluralidade de pertinências agora instalada num campo bem mais alargado. Simulta-

neamente, a consolidação da sociologia como um espaço científico dinâmico e plural e a formação acelerada de novas gerações de sociólogos, agora alicerçada no espaço universitário português — também ele exponencialmente alargado —, contribuíram indiscutivelmente para a amplificação das abordagens sobre os fenómenos educativos.

Com efeito, a escola constitui um cenário particularmente rico para a observação social nas sociedades contemporâneas. Pelo seu carácter obrigatório e universal, ela acolhe duradouramente todas as crianças e jovens pertencentes a uma dada classe etária, independentemente do sexo, condição social, origem étnica ou religiosa. Assim, nesse espaço se cruzam boa parte das questões que hoje emergem nas sociedades de modernidade tardia — das desigualdades sociais às questões de género, da democracia às questões da cidadania, da integração à exclusão social, da constituição de afinidades electivas e de grupos à construção social de identidades.

Pode afirmar-se que nas últimas décadas, e de forma acelerada na sociedade portuguesa, se tem dado a rápida concretização do acesso ao usufruto pleno da modernidade escolar por parte da generalidade da população — massificação da escolaridade obrigatória, igualdade entre géneros na frequência escolar, unificação do sistema de ensino básico, generalização do ensino pré-escolar, enorme expansão do ensino superior.

Mas na escola portuguesa actual revelam-se, adicionalmente, alguns dos traços estruturantes que marcam a nossa modernidade tardia e que constituem, eles próprios, elementos transformadores do sistema de ensino. As mutações espaciais — litoralização acelerada, urbanização crescente, desertificação do interior — e demográficas — declínio da natalidade e da fecundidade, novas formas de conjugalidade, envelhecimento populacional — não deixam de afectar fortemente a arquitectura do sistema de ensino e o seu modo de funcionamento. Por sua vez, o espaço escolar tem sido palco privilegiado para processos de mobilidade social e de recomposição sócio-profissional a que a sociedade portuguesa tem assistido nas últimas décadas.

Por fim, não deixa de se registar, também entre nós, a conjugação de novas configurações sociais no sentido de uma certa aproximação a uma «sociedade de risco», à imagem do que sucede noutros países ocidentais. Destacamos três dimensões cujas consequências não deixam de se manifestar no campo escolar: aumento do bem-estar económico, ao qual se associam o crescimento do consumo e as consequências ambientais a ele aliadas; alterações sensíveis das dinâmicas populacionais, nomeadamente a emergência de novos fluxos populacionais, como o rápido surto imigratório de origens culturais e linguísticas diversificadas; bruscas transformações no mercado de emprego, como a terciarização e a precariedade dos vínculos laborais.

Como se depreenderá, as dinâmicas sociais proporcionadas pela confluência de todas estas mudanças tornaram possível a estruturação de formas emergentes de processos educativos. A diversificação escolar e a constituição de um «mercado escolar»; os novos mecanismos de selecção escolar; a descentralização e a autonomia das escolas públicas; os novos públicos, a ordem escolar e a construção quotidiana da cidadania; os novos saberes e aprendizagens e as novas instâncias mediadoras dos saberes; a participação dos actores nos processos educativos, são algumas das questões hoje em aberto na discussão sobre a escola.

Assim, o debate sobre a educação afirma-se hoje, simultaneamente, complexo, plural e fragmentado. Para captar os múltiplos sentidos que hoje se cruzam nesse debate urge mobilizar perspectivas disciplinares diversificadas, abrindo o campo analítico ao contributo dos diferentes olhares que as ciências sociais podem oferecer. Mas importa também convocar a pluralidade das referências empíricas e dos olhares que a investigação internacional neste domínio pode trazer para o conhecimento dos processos e dinâmicas de construção da modernidade escolar na contemporaneidade.

Foram justamente estes os objectivos que presidiram à realização do seminário internacional «Escola e modernidades — da regulação ao risco» promovido pelo Observatório Permanente de Escolas do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa nos dias 17 a 19 de Março deste ano e cujas comunicações apresentadas o presente número temático pretende divulgar.

O debate teórico sobre a construção da modernidade escolar e a construção do discurso pedagógico moderno constitui, justamente, o pano de fundo para as reflexões de António Candeias, Luís Miguel Carvalho, Maria Manuel Vieira e Bernard Schlemmer. O primeiro questiona, através da análise cuidada dos processos de alfabetização e escolarização portugueses nos séculos XIX e XX, as razões do nosso atraso na afirmação da modernidade escolar, particularmente singulares no quadro europeu e ocidental. O segundo pretende compreender a construção do discurso educacional moderno a partir de um enfoque sobre as transferências de modelos educacionais, utilizando como pretexto as apropriações semânticas em torno da introdução da «ginástica sueca» no currículo da disciplina de Educação Física nas primeiras décadas do século XX. A terceira autora propõe-se visitar alguns argumentos acerca da relação entre escola e trabalho e questioná-los à luz da especificidade demonstrada pelo processo de construção da modernidade escolar em Portugal. Por sua vez, o questionamento da própria escola como condição indispensável para o desenvolvimento sócio-económico é-nos apresentado por Bernard Schlemmer, através de uma pesquisa realizada em Marrocos.

Os artigos de Maria Alice Nogueira e Ana Nunes de Almeida inscrevem-se, de uma forma verdadeiramente complementar, na temática das relações

entre famílias e escolas. O texto de Maria Alice Nogueira constitui uma síntese das várias correntes teóricas e metodológicas que, desde a segunda metade do século xx, trabalharam a categoria *família* no domínio da sociologia da educação. Por sua vez, Ana Nunes de Almeida dedica-se ao trabalho inverso: partindo da sociologia da família e da infância e acentuando unilateralmente o protagonismo do espaço familiar, propõe-se demonstrar como a escola é tributária da família, pretendendo assim advogar as potencialidades da aproximação de dois subcampos da sociologia — da família e da educação — nem sempre dialogantes.

Os *media* são indiscutivelmente elementos estruturantes da modernidade. As controvérsias que têm acompanhado as transformações do campo educativo não deixam de ser mediadas pelos *mass media*, que, por sua vez, podem constituir-se como poderosos amplificadores da reflexividade social. Maria Benedita Melo aprofunda e ilustra, através de dados empíricos, este tema, estudando o fenómeno da divulgação das classificações dos exames nacionais do 12.º ano, sob a forma de *ranking* escolar, pelo jornal *Público*.

As práticas escolares constituem, também elas, modalidades quotidianas de construção da modernidade escolar. Anne Barrère e Philippe Vienne apresentam-nos, a este respeito, dois temas fundamentais para se pensar a escola actual. Por um lado, Barrère questiona os constrangimentos e resistências ao trabalho em equipa por parte dos docentes. Por outro, Vienne dedica-se a analisar os processos de socialização — e ressocialização — dirigidos a alunos de classes populares a frequentarem estabelecimentos de ensino de «última oportunidade».

A socialização escolar está igualmente presente nos artigos de Anne van Haecht e de José Manuel Resende e Bruno Miguel Dionísio. No primeiro caso, trata-se de examinar criticamente a noção de «educação ao longo da vida», enquadrando a emergência e popularidade da retórica que lhe está subjacente nos discursos políticos inspirados pela terceira via. No segundo caso, pretende-se equacionar a socialização política da escola contemporânea num quadro de aparente «despolitização» juvenil. O espaço curricular actualmente consagrado à «educação para a cidadania» é, assim, objecto de inter-rogação sociológica.

Finalmente, este número temático termina com dois trabalhos que incidem sobre a temática da diversidade cultural acrescida que habita a escola na modernidade. Jean-Paul Payet propõe-se apurar os riscos — nomeadamente de etnicidade — que hoje atravessam a escola, mas pretende igualmente apresentar propostas para uma «nova utopia escolar». Já o texto de Fernando Luís Machado, Ana Raquel Matias e Sofia Leal, alicerçado nos resultados de um inquérito por questionário dirigido a 1000 jovens descendentes de imigrantes africanos dos cinco PALOP, visa, pelo contrário, contestar a ideologia multiculturalista que, de forma hegemónica, se instalou

actualmente no campo da produção científica das ciências sociais sobre a escola. De forma empiricamente sustentada, estes autores reafirmam a importância das desigualdades sociais — nomeadamente de classe — no equacionamento das questões colocadas pelos novos públicos escolares.

Creemos que a publicação deste número dedicado à educação vem proporcionar renovados instrumentos teórico-empíricos para pensar os sistemas escolares na modernidade e, assim, contribuir de forma sociologicamente informada para o debate científico e público sobre a escola.

MARIA MANUEL VIEIRA